

**ACTA 8**  
**MANDATO 2005/2006**

Aos vinte e nove dias do mês de Setembro do ano dois mil e seis, pelas vinte horas e trinta minutos, no Centro Cultural de Alfena, reuniu-se a Assembleia Municipal de Valongo, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 Intervenção do Público; -----

2 Período antes da ordem do dia; -----

ORDEM DO DIA -----

1. Discussão e aprovação da acta da sessão do dia 2006.06.30; -----

2. Declaração sobre a luta contra o tráfico de seres humanos – Subscrição; --

3. Carta europeia para a igualdade das mulheres e dos homens na vida local – Aprovação; -----

4. Declaração do 4º fórum da água – Subscrição; -----

5. Comissão para avaliação e acompanhamento da situação dos bairros camarários – Apresentação do relatório das visitas aos empreendimentos sociais de Campo; -----

6. Regimento da Assembleia Municipal de Jovens – Aprovação; -----

7. DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: ---

7.1 2ª Revisão do orçamento e das grandes opções do plano de 2006; -----

7.2 Fixação da taxa do imposto municipal sobre imóveis (IMI), referente ao ano 2007 a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios avaliados nos termos do CIMI; -----

7.3 Fixação da taxa do imposto municipal sobre imóveis (IMI) referente ao ano 2007 a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos; --

7.4 Escola a tempo inteiro – Actividade de enriquecimento curricular – Concurso para aquisição de serviços; -----

7.5 Regulamento de utilização das viaturas do município de Valongo – Aprovação; -----

7.6 Alteração do regulamento do conselho municipal da juventude – Aprovação; -----

7.7 Constituição do conselho municipal do ambiente de Valongo – Rectificação do artigo 14º do regulamento; -----

8 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

9. Eleição de um Presidente de Junta para o Conselho Municipal do Ambiente de Valongo; -----

10. Eleição de um Presidente de Junta para o XVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----

Estavam presentes trinta e dois elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respectivas rubricas. Presentes também o Senhor Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo, o Senhor

Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós, os Senhores Vereadores José Luís Gonçalves de Sousa Pinto, Mário Armando Martins Duarte, Paulo Miguel da Silva Santos, Maria José Baptista de Moura Azevedo, António Augusto de Magalhães Gomes e Jorge Manuel Gonçalves Videira. -----

Substituição ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal António Marques Oliveira, Carlos Alberto das Neves Poças e Casimiro Couto Sousa que comunicaram a impossibilidade de estarem presentes nesta reunião, tendo sido substituídos, respectivamente, pelos Membros Manuel Jorge Carneiro Vasconcelos Machado Pinto, Idália Moreira Marques e Eusébio Manuel Fonseca. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, deu início à sessão. -----

O Senhor **Primeiro Secretário Henrique Jorge Campos Cunha**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal de Valongo. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Brada de Freitas** deu a palavra aos Municípes que pretendessem apresentar alguma questão. -----

O **Municípe Senhor José Vieira**, disse que existia uma oficina no Largo do Colégio de Ermesinde, quando devia estar na Rua Francisco da Silva Pinto, uma zona de armazéns, como a rua não tinha saída foram colocados os portões na Rua Colégio de Ermesinde, provisoriamente, de acordo com informação do Senhor Presidente da Câmara anterior ao Dr. Fernando Melo, pelo facto da rua não ter seguimento. Até à data os portões mantêm-se na Rua Colégio de Ermesinde, ilegais, conforme documento do IGAT, no que respeita às alterações efectuadas não constantes no projecto aprovado, nem objecto de qualquer pedido de licenciamento de edificação de acesso ao primeiro e segundo piso, aumento da área das garagens, alteração da localização do portão, encontra-se ilegal. -----

Posteriormente recebeu uma carta sobre uma deliberação tomada na Câmara Municipal em que o assunto era: Tomada de posse administrativa do edifício da Rua Francisco da Silva Pinto, n.º 20 e 24, onde funciona a oficina de automóveis designada Auto Baguim, para efeito de demolição das obras clandestinas executadas – que foi aprovada por maioria, e se dizia que o aumento a espaços de garagens e alteração da localização do portão do extremo poente para extremo nascente, a parede do anexo, encontra-se em situação ilegal e até à data nada foi feito. -----

A Auto Baguim foi obrigada a sair do local e instala-se Francisco Castanheira & Filhos, Lda, armazém que traz maiores problemas devido ao não cumprimento do horário de trabalho, os camiões, câmaras frigoríficas, manobram em frente às residências partindo as mesmas, cedem os alicerces, rebentam os pavimentos e as paredes das casas. Ninguém toma responsabilidade pois foi aprovado pela Câmara Municipal de Valongo,

entidade que deve melhorar as condições daquela artéria para que os residentes se sintam satisfeitos. -----

Solicitou para que o assunto fosse resolvido, pois é uma situação que se arrasta há alguns anos. -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares**, disse que em nome da população de Alfena, e em seu nome pessoal, era uma honra receber em Alfena a Assembleia Municipal. -----

É bom que se realize este tipo de iniciativas pois aproxima o Poder da população, e desta forma incentiva-se a população a ser mais participativa na democracia que por vezes prima pela abstenção. -----

Uma segunda nota que gostaria de deixar era relativamente a algumas questões levantadas na última Assembleia Municipal sobre a Comissão de Acompanhamento dos Empreendimentos de Habitação Social. Na altura da constituição votei contra a criação da Comissão mas aceitei integrá-la, na última Assembleia Municipal foram colocadas questões financeiras que me magoaram e me levaram a reagir de imediato, pois não estou nisto por dinheiro mas por convicção e por gosto. -----

Na altura reagiu a quente, depois reflectiu e alguns amigos chamaram-no à atenção, e achou que estaria a ser desleal com a Assembleia Municipal, pois aceitou integrar uma Comissão, as pessoas votaram e não podia desfraldar a confiança que foi colocada na sua pessoa, e muito menos nos elementos que integram a Comissão. -----

Faltou a uma reunião mas participou em todas as outras, continua na Comissão, mas que se o problema é financeiro, quando aceitou fazer parte não sabia que essas reuniões eram pagas, mas tudo aquilo que receber pela sua participação na Comissão será dividido por duas instituições da Vila de Alfena, uma de cariz social e outra de cariz desportivo, entregará metade ao Centro Social e Paroquial e a outra metade ao Atlético Clube Alfenense. -----

Uma terceira nota para agradecer o dia que vieram a Alfena, no passado dia oito, na visita dos Deputados Municipais à Vila de Alfena, nem todos puderam estar presentes, mas os que estiveram com certeza transmitiram aos outros o que viram. -----

Foi interessante, pois foram ver aquilo que são os problemas em Alfena, e que a Junta só por si não tem capacidade para resolver, necessita da ajuda da Câmara e da Assembleia Municipal, para que todos em conjunto consigam construir algo. -----

Por isso foi bom terem vindo os Deputados da Assembleia Municipal para verem algumas carências de Alfena e quando se falar nelas terem a sensibilidade diferente sobre os assuntos. -----

Relativamente à visita elaborou um pequeno dossier onde além das fotografias dos locais visitados incluiu um memorando sobre aquilo que disseram e que eram as suas preocupações, que ia entregar à Senhora Presidente da Assembleia solicitando que depois fossem feitas cópias para entregar a todos os Deputados Municipais. -----

De seguida fez a leitura de uma Moção que se anexa à presente acta como Doc.1. -----

O Senhor **Deputado Ventura de Almeida**, disse que, só para lembrar, em Fevereiro deste ano foi dado conhecimento à Assembleia Municipal que a empresa exploradora dos parquímetros tinha, por livre vontade e arbítrio, fixado preços de estacionamento não aprovados nem pela Assembleia Municipal nem pela Câmara Municipal. Ou seja, a empresa exploradora substitui-se à Câmara e Assembleia Municipal. -----

Nesse dia foram informados pela Câmara Municipal que tinham feito, junto da empresa exploradora, diligências no sentido de que a empresa emendasse o erro e regressasse aos valores que estavam aprovados pela Câmara Municipal. -----

Nesse mesmo dia a Câmara Municipal, através de um dos seus Vereadores, informou a Assembleia Municipal que a fiscalização da Câmara tinha recebido ordens para não fazer qualquer tipo de cumprimento do pagamento da tarifa, situação que foi do conhecimento da população.-----

Fevereiro foi há sete meses, até ao momento não houve por parte da Câmara nenhuma informação sobre o assunto, nada foi dito. -----

Há cerca de dois meses começaram a ver uns Senhores a levantar multas em papel da Câmara Municipal por não pagamento das taxas de estacionamento, perguntou a esses Senhores se eram funcionários da Câmara que lhe disseram que não. -----

Assim, os indivíduos que estão a multar, que estão a exercer funções de fiscalização, sobre uma situação ilegal que é a que consta dos parquímetros, taxas ilegais, porque não estão aprovadas pelo Assembleia Municipal, esses Senhores são funcionários da empresa exploradora. -----

Outro assunto que tem a ver com o pandemónio que acontece relativamente ao trânsito e ao estacionamento. -----

Verifica-se ao entrar em Alfena, na Rua 1º de Maio, há uma zona de estabelecimentos e habitações, com um passeio de quatro a cinco metros que é sistematicamente ocupado por viaturas, na sua maioria automóveis de um stand contíguo a esse passeio, que além de fazer exposição dos automóveis dá-se ao luxo de fazer daquela zona um local de lavagem. -----

Esta situação é do conhecimento da Câmara Municipal que tem, e já deu, informações dizendo que a situação iria ser rapidamente resolvida, havia até intervenção dos fiscais do ambiente, fiscais da Câmara a proibir o estacionamento em cima do passeio, até hoje, passados meses ou anos, continua o estacionamento a fazer-se de forma desregrada. -----

Nesse mesmo local o desordenamento urbanístico, a imagem daquela rua é caótica, há colocação de reclamos sem o mínimo de rigor urbanístico prejudicando os estabelecimentos, a entrada para os estabelecimentos e a entrada para as garagens. -----

Quer a Câmara, quer a Junta de Freguesia, quer a Guarda Nacional Republicana têm conhecimento da situação e continua-se de forma há-de

eterno deixar que toda esta ilegalidade, que todo o desordenamento continue. -----

Alertou, mais uma vez, a Câmara Municipal para exercer a fiscalização que está ao seu alcance, quer no aspecto do estacionamento indevido, quer o aspecto do desordenamento dos reclamos luminosos, que prejudicam a estética local, bem como a boa harmonia daquela zona. -----

Um último aspecto que tem a ver com a estrada municipal 606, que liga Alfena a Sobrado, considera que já não é uma estrada mas sim um buraco único. Por imensas vezes se levantou o problema da estrada na Assembleia Municipal, pois é uma autêntica cratera lunar. -----

Na Rua Nossa Senhora do Amparo, em Alfena, é urgente a pavimentação, o alargamento, passeios que são necessários, porque há ali imenso movimento de peões. -----

É urgente, imperioso, que a Câmara Municipal se vire para a resolução daquilo que são as efectivas necessidades das populações que esperam que lhes satisfaçam o mínimo das suas necessidades, não estão a pedir que lhe sejam feitas obras de fachada, nem flores para enganar o mais distraído munícipe. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, disse ser de salutar este tipo de iniciativa que considera um aproximar dos eleitos ao povo que é sempre benéfico. -----

Fez a leitura de uma Recomendação anexa à presente acta como Doc.2. -----

De seguida fez a leitura de um Esclarecimento que se anexa à presente acta como Doc.3. -----

Perguntou para quando a conclusão da revisão do PDM e relativamente ao problema do Sporting de Campo que não tem um campo para praticar o seu desporto. -----

Disse que chegou ao seu conhecimento que os transportes da Câmara vão ao Lugar da Moirama, em Campo, buscar três crianças para o ensino básico, o transporte não é ocupado na totalidade, e há duas crianças, no mesmo local, que frequentam o pré-escolar, mas como o pré-escolar não é obrigatório a Câmara deixa essas duas crianças, gostava de saber se isso realmente se verifica. -----

De seguida entregou à Mesa duas Moções anexas à presente acta como Doc.4 e Doc.5. -----

O Senhor **Deputado Joaquim Jerónimo Pereira**, fez a leitura de uma Moção que se anexa à presente acta como Doc.6. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro**, fez a leitura de uma Declaração Política que se anexa à presente acta como Doc.7. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro**, saudou a iniciativa de descentralização da Assembleia Municipal, o que permite, de facto estar mais perto das populações, e proporciona que as pessoas que possam intervir mais directamente na Assembleia Municipal. -----

Relativamente à visita à freguesia de Alfena, queria colocar algumas questões em relação ao Nó do Lombelho. -----

Há terrenos expropriados, tem-se falado muito nisto, e o que é facto é que nem sequer há uma ligação rodoviária naquela zona, naquele Nó, entre Alfena e Valongo, para quando a resolução do problema que afecta as duas freguesias. -----

Chamou à atenção para uma pequena lixeira que existe no local, muito próximo da Escola Secundária do Lombelho, agora é uma pequena lixeira mas no futuro pode-se tornar numa grande lixeira, com consequências graves para o meio ambiente, e com a gravidade de estar muito próxima da escola. -----

Relativamente à rotunda do Barreiro, o que se fez com a população daquela zona de Vilar é uma injustiça, separar o acesso das pessoas, que tinham farmácia próxima, deixaram de ter e têm que andar alguns quilómetros para chegar onde devem ter que ir. No projecto inicial estava prevista uma ponte aérea, pedonal, que nunca foi feita e deixou-se que as coisas se fizessem daquela maneira. -----

Relativamente ao Centro de Saúde de Alfena, local de difícil acesso, muito íngreme, aquilo que lhes deu a perceber é que já não tem grandes condições para albergar todos os utentes inscritos, cerca de 13.500 utentes, estando 3.500 utentes sem médico de família. Queria que a Autarquia se interessasse pela situação e informasse se pensa fazer alguma coisa no sentido de construir um novo Centro de Saúde em Alfena. -----

Sobre o Parque Urbano de Ermesinde na última reunião levantou a questão, ontem foi ver como é que estava e o problema que levantou há três meses continua exactamente na mesma, é uma chamada de atenção que faz pois não vê interesse em se resolver o problema. -----

Refere-se ao perigo das montras partidas com grossura de um centímetro, é uma zona de passagem, a maior zona de lazer de Ermesinde, a meia dúzia de metros do parque infantil, se será preciso haver um acidente para que o problema seja resolvido, espera que a Autarquia tenha a sensibilidade para chamar a quem de direito à atenção, e obrigar por força da lei, se necessário, a que aquela situação se altere. -----

Em relação à Rua do Padrão, sentido Valongo-Campo, há uns meses atrás houve uma intervenção de obras no passeio do lado esquerdo, uma zona muito estreita em termos de passeio pedonal, os buracos foram feitos ao longo de dezenas de metros, abriram o buraco mas não taparam, no meio do passeio existe um buraco com dezenas de metros. É uma zona de muito movimento rodoviário e podem acontecer acidentes do género das pessoas tropeçarem e caírem para o lado da estrada, a Autarquia devia consertar o passeio para que as pessoas passem com alguma segurança. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.8. -----

Aproveitou para solicitar uma informação acerca de um pedido que fez na última Assembleia, em 30 de Junho, sobre uma documentação relativa à frequência da feira de Valongo no local onde anteriormente se realizava e no local onde presentemente se realiza, não sabe se a Senhora Presidente já dispõe dessa documentação, se dispõe agradecia essa informação. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, informou que ainda não tinha essa informação, logo que chegue fazem-na chegar ao Senhor Deputado. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças**, disse que três meses para solicitar uma documentação, uma simples informação à Junta de Freguesia de Valongo, que está a vinte ou trinta metros da Câmara Municipal, entende que é tempo demasiado. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, disse ainda não terem feito chegar essa informação. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças**, disse que depois gostaria de saber em que data foi solicitada à Junta de Freguesia de Valongo a documentação. -----

Relativamente às visitas que têm vindo a ser efectuadas por alguns elementos da Assembleia Municipal, às várias freguesias do concelho, embora discorde da metodologia encontrada faz votos para que dessas visitas resulte, no mínimo, uma melhor compreensão e conhecimento dos Senhores Deputados, e que de futuro não sejam tão impeditivos na criação de receitas, porque só com elas se pode dar satisfação aos anseios das populações. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar**, aproveitou para saudar a freguesia de Alfena e os seus habitantes, na figura do seu Presidente de Junta e do público que lhes deu o prazer da sua presença. -----

Saudou a iniciativa que os levou a Alfena, e recorda para o efeito a proposta do Senhor 1º Secretário, Henrique Campos Cunha, aquando da tomada de posse da Assembleia, não pode deixar de referir o acolhimento que a mesma teve quer no seio da Mesa quer na restante Assembleia facto que os levou a Alfena. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado José Manuel Ribeiro espera que no documento oficial que leu tenha colocado a sua assinatura ou do Partido, e tenha retirado a do seu Camarada Eduardo Cabrita, não acredita que se tenha dado à maçada até porque costuma ser mais objectivo nas suas intervenções, de escrever e de os fazer os fazer sofrer com esta explicação, declaração política. -----

Queriu chamar à atenção sobre um aspecto que leu no decreto-lei, ou proposta, a questão da diferenciação de IRS, o ponto mais polémico. -----

Primeiro não sabe se é moda mas parece-lhe que estão a crer copiar algumas coisas dos espanhóis, este modelo existe em Espanha a alguns anos, e agora que se aproximam as eleições municipais em Espanha, a campanha dos Partidos Políticos baseia-se sobre tudo no argumento – Eu se

for Presidente ponho uma taxa assim ou uma taxa assado – na sua opinião isto é desvirtuar a politica, por outro lado os espanhóis também aprenderam com o Governo Português que antes das eleições prometeu não subir os impostos e depois foi o que se viu. -----

Teve oportunidade de ouvir excertos da intervenção do Senhor Primeiro Ministro no que diz respeito à questão da Segurança Social, ouviu falar várias vezes em, estado da segurança social, impostos globais. -----

O IRS é um imposto nacional, como o IRC, no IRC quem legislou teve o cuidado de criar a figura da derrama, que as Autarquias beneficiam como receita e podem influenciar o valor da derrama no IRC, mas influenciar as taxas de IRC, que é fixado pelo Estado, cobrado pelo Estado, neste ponto a lei poderá ser escrutinada quanto à sua constitucionalidade. -----

Espera que a declaração politica seja distribuída e que tenha a assinatura correcta. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo**, disse que em Espanha quando foi a alteração da legislação sobre as finanças locais o Governo espanhol assumiu o endividamento das Autarquias, pondo-as no ponto zero. -----

A Autarquia de Valongo, e outras, herdaram uma dívida da EDP que foram 21 milhões de contos, portanto é complicado essa dívida à EDP. -----

Relativamente ao Senhor Deputado António Monteiro anotou as suas referências a situações pertinentes que tomará em devida conta, mas é importante saber-se o que pertence a quem, o que pertence ao Poder Local e o que pertence ao estado. -----

Falou em Autarquia, Câmara, de construir o Centro de Saúde, as Autarquias não constroem Centros de Saúde nem Hospitais, isso é com o Estado. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação a admissão para discussão da Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD/PP anexa à presente acta como Doc.6, sendo admitida por unanimidade. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que antes de entrar na questão da Moção queria responder ao colega de bancada do Partido Social Democrata. A declaração que fez é uma declaração que corresponde à que todos os autarcas estão a fazer no país, é uma declaração baseada na posição pública do Partido Socialista, mais concretamente do seu camarada Eduardo Cabrita, Secretário de Estado da Administração Local, autarcas do PS estão devidamente autorizados, desde a passada quinta-feira, a utilizar a sua argumentação, pois revê-se na proposta portanto é lógico que utilize todos os argumentos que entenda necessários. -----

Quanto à Moção que foi proposta, naturalmente, não a pode votar a favor, porque tem um conjunto de mentiras em torno da posição da Associação Nacional de Municípios. -----



Qualquer pessoa que se debruce sobre a questão das finanças locais deve considerar um pouco estranho que as Câmaras e as Freguesias, sobretudo as Câmara Municipais, tenham um sistema de finanças locais em que nunca perdem dinheiro de ano para ano, recebem no mínimo o que receberam no ano anterior. -----

O problema é que as Autarquias têm graves problemas de financiamento porque a lei que existe permitiu um conjunto de práticas de gestão preocupante e que hoje é muito caro, o número apontado para a dívida total das Autarquias ronda os oito mil milhões de euros, o que é grave. -----

A proposta do Governo de alteração da lei introduz duas reformas profundas, até hoje os cidadãos pensavam que os impostos eram fixados pelo Governo, mas muitos impostos que pagam nos seus concelhos são fixados pelas Autarquias, e assim como os cidadãos avaliam os Governos também pela política dos impostos, com esta proposta de lei os cidadãos vão passar a ter uma percepção diferente daquilo que é a política fiscal praticada no Concelho. -----

Outra questão é a introdução de sérias regras de gestão rigorosa nas Autarquias, no ano passado foi feito um estudo sobre a eficiência nos gastos por parte da Autarquia criando um critério de comparação da despesa per capita de cada Municípios com o conjunto de serviços prestados, serviços sociais, educação, serviços culturais, saneamento, organização territorial, infra-estruturas rodoviárias, criaram um critério em torno destes indicadores, e as pessoas não sabem que Valongo foi o Concelho mais ineficiente em 2001, neste estudo o concelho de Valongo, na então Área Metropolitana do Porto, nove Municípios, foi considerado o mais ineficiente nos gastos municipais. -----

Uma das conclusões do estudo é que é possível manter os níveis de prestação de serviços sociais, educativos, etc., com cerca de menos 40% daquilo que se gasta, pois não é novidade que as Câmara Municipais gastam mal o dinheiro, basta ver a quantidade de rotundas e obras supérfluas. -----

A proposta de lei é profundamente inovadora, visa duas coisas: primeiro que os cidadãos percebam como é que o seu dinheiro é gasto localmente. -----

Quando o IVA foi aumentado com o Durão Barroso e agora com o Eng. José Sócrates, os Presidentes de Câmara não falaram, calaram-se, nenhum Presidente de Câmara recusou o aumento de 2% do IVA, mas 33% do IVA cobrado no concelho de Valongo vai para os cofres da Autarquia, e as pessoas não têm essa noção, acham que a culpa é da lei e que os impostos são da responsabilidade do Governo. -----

Há impostos que são da responsabilidade dos Municípios e esta lei vai introduzir essa transparência na relação entre os munícipes e os gestores locais, um Presidente de Câmara quando quiser gastar dinheiro em determinado tipo de obras se calhar vai pensar duas vezes. -----

A Associação de Municípios teve um comportamento condenável, esteve em todo o processo de negociação com o Governo, e depois diz ao Governo,

muito próximo do dia em que foi a Conselho de Ministros, meus caros Ministros metam isto na gaveta porque o país está a passar um período difícil, e as Câmaras não têm disponibilidade para contribuírem para a consolidação orçamental, o que é grave, as Câmaras também têm que dar o seu contributo, porque as Câmaras gastaram muito dinheiro nos últimos anos. -----

Segundo as contas que fez com a ajuda de alguns colegas a Câmara de Valongo até vai ser beneficiada para o ano em cerca de 1,2% a 1,3%, portanto Valongo não vai ser prejudicada ao contrário do que dizem. -----

Valongo é no seio da Área Metropolitana o concelho que tem a menos capitação de impostos per capita, é o concelho com menor capacidade para gerar impostos, porque é o concelho mais pobre. -----

Com a nova lei se calhar os cidadãos vão pensar duas vezes quando apreciarem a acção dos executivos. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças**, disse que queria colocar duas questões ao Senhor Deputado José Manuel Ribeiro. -----

Tudo o que tem lido acerca das alterações nas finanças locais, através dos jornais diários, ainda não encontrou nenhuma opinião, de nenhum autarca do Partido Socialista, que fosse favorável à alteração da lei. Teve o prazer de ler opiniões de autarcas e cidadãos credíveis, e a nível político talvez do melhor que têm no país, tal como, o Senhor José Junqueiro, o autarca Senhor José Mota que é Presidente da Câmara de Espinho e que é do PS, o Sr. Eng. Mário de Almeida de Vila do Conde, e nenhum deles é favorável à alteração da lei. -----

Não está preocupado em saber como o colega de bancada, o Senhor Deputado José Manuel Ribeiro, foi colher os elementos, o que lhe interessa saber é a opinião daqueles que estão no terreno, que no dia a dia sofrem em saber onde vão arranjar verbas para pagar inclusivamente aos funcionários. – Quando o Senhor Deputado José Manuel Ribeiro diz que o Município de Valongo é pobre, é efectivamente, até atendendo à reduzida área que tem, quando aparece uma pessoa pobre devem ser os primeiros a dar a mão, e não fazer como os Senhores têm feito, que quando aparece um pobre ainda lhe procuram tirar o único tostão, essa é a verdade da situação, e isso não podem desmentir. -----

Que o Senhor Deputado José Manuel Ribeiro lhe apresente um único Autarca do Partido Socialista que até ao momento tenha sido favorável à alteração da lei, não encontra nenhum desde o Algarve ao Minho, é uma pura mentira quando dizem que o Partido Socialista apoia esta alteração da lei, apoio o Senhor Deputado José Manuel Ribeiro que vem da Assembleia da Republica e traz o recado dos seus chefes para servir de interprete daquilo que eles pretendem. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, disse que relativamente à lei das finanças locais a CDU também apresentou uma Moção, e para quem não teve oportunidade de ler são contra a nova lei das finanças locais. -----

É preciso que se entenda que só porque se mudou de cargo político não esqueçam os seus colegas de bancada, embora de vários partidos. -----

A Associação de Municípios não é uma coisa abstracta, são todos que a elegeram, não é um órgão abstracto, a direcção é formada por todos os Partidos e foi eleita pelos Presidente da Câmara, e pelos Presidente da Assembleias Municipais, e pelo menos os Presidentes das Assembleias Municipais são eleitos pelas respectivas Assembleias, e o Presidente da Câmara é eleito pelo povo, por isso não é um órgão abstracto, devia-se ter mais respeito por esse órgão. -----

Relativamente aos números, também tem números, e quando se diz que a Câmara de Valongo para o ano vai ter uns pozinhos, mas os números não são esses, a Câmara de Valongo para o ano vai ter menos receita cerca de 3,9, não vai ter mais, a Câmara do Porto vai ter menos 42,4, a Câmara de Vila do Conde 14,4, a Câmara da Maia 25,4, é verdade que a Câmara de Valongo é que vai ter menos prejuízo, não é mais lucro, vai ter um prejuízo de 3,9. -----

Relativamente às competências, o Governo vai dar às Autarquias mais competências, estão endividados, mais tarde vão discutir o problema da escola a tempo inteiro, perguntou se o senhor Presidente da Câmara já recebeu algum tostão para pagar nas escolas que vão ter os alunos a tempo inteiro, o Governo põe cá fora uma lei mas quem está a entrar com o dinheiro é a Câmara, porque esse dinheiro virá para o ano se vier. -----

Quando se diz transferência de competência a CDU também defende isso, põe a politica mais próxima dos cidadãos, mas é preciso transferir dinheiro. Relativamente ao IRS é importante que se esclareça, que o povo seja esclarecido, é uma lei que propõe que as Câmaras possam aumentar o IRS em mais 3%, entre 1% a 3%, e quem vai pagar é o povo. -----

Se é uma situação pacífica porque é que o Senhor Presidente da República vai ouvir a Associação de Municípios, o Governo também antes do Congresso da associação de Municípios. -----

A lei foi feita em cima de um joelho e é sempre uma condição – é preciso cortar – quando devia ser ao contrário pôr o país a trabalhar, a desenvolver, que é o que o Governo não faz. -----

O Senhor **Deputado Joaquim Jerónimo Pereira**, disse só pretender tecer algumas considerações porque a intervenção do Senhor Deputado José Manuel Ribeiro começou por dizer que a Moção continha mentiras. -----

Teve a preocupação de retirar os excertos da Moção que pouco mérito teve para ele a não ser a oportunidade de a apresentar, na estreita colaboração com aquilo que são os argumentos da Associação de Municípios, porque se a Associação de Municípios já no tempo de Eng. Mário de Almeida defendia os Municípios contra o Governo de partidos diferentes. -----

Se a Associação de Municípios tem a luta devem lhe dar pelo menos o benefício da dúvida de ser defensora dos interesses dos Municípios, porque se entende que as receitas do Poder Local devem acompanhar a subida ou

decida das receitas do Estado, onde é que está o desequilíbrio ou a mentira da Associação Nacional de Municípios. -----

Quando o Senhor Deputado José Manuel Ribeiro lhes deu uma lição profunda, uma explicação detalhada, daquilo que são os argumentos do Senhor Dr. Eduardo Cabrita, Secretário de Estado da Administração Local, ele apenas se cingiu para facilitar a aprovação plena da Moção por parte da Assembleia Municipal, não colidindo com o programa do Governo e direito que ele tem de fazer a revisão de uma lei, que por acaso é do mesmo partido, esta é já a quinta revisão da lei das finanças locais. -----

Quando tem a preocupação, se calhar contra alguns, e justificadas as argumentações de colegas da sua bancada, que devia ser mais contundente, colocou uma Moção que procura ter a plenitude do voto favorável, e acusam de que a Moção tem mentiras, não tem e prova-o. -----

O Senhor Vereador José Manuel Ribeiro com a acusação pretende apoucar a Moção, as palavras do Senhor Deputado José Deolindo Caetano, em nome da CDU, ajudam-no a provar que devem estar do lado da Associação Nacional de Municípios que tem autarcas da CDU, o Dr. Rui Solheiro Vice-Presidente e Presidente da Câmara Municipal de Melgaço e também Presidente dos Autarcas Socialistas veio desmentir o Senhor Secretário de Estado da Administração Local, que é acusado no site da Associação de Municípios, é acusado pela Associação de Municípios como, valendo-se de argumentos do Dr. Rui Solheiro, diz que o conselho directivo da Associação Nacional de Municípios dá razão aos argumentos do Governo, quando afinal de contas não foi essa interpretação com que o Conselho Directivo publicamente reagiu, como o comunicado que está aqui para o Senhor Deputado José Manuel Ribeiro ler e mostrar ao Senhor Secretário de Estado da Administração Local. -----

É o Ministro Dr. António Costa quem vai receber a Associação Nacional de Municípios, ao Dr. Eduardo Cabrita diz que fica muito preocupada com o facto de não ter um interlocutor credível e de confiança do lado do Governo, pois o Dr. Eduardo Cabrita trata o assunto, da maior importância para a vida dos portugueses, de forma inconsistente, não fundamentada fazendo guerrilha política. -----

A Associação Nacional de Municípios vai solicitar ao Ministro António Costa uma reunião de carácter de urgência para pedir explicações sobre a postura deliberada de tentativa de humilhação dos Autarcas do Poder Local. -----

O Dr. Eduardo Cabrita, Secretário de Estado da Administração Local, foi também Autarca no concelho do Barreiro, em Valongo, concelho que merece críticas, quer pela Presidência da Câmara quer pelos seus actos que têm oportunidade de estar a favor ou contra, consoante as diversas sensibilidades, neste momento por uma questão de estarem em coerência com aquilo que o leva lá, que é apenas esperar que a Moção em nome do Partido Social Democrata/Partido Popular seja aprovada. -----

Que o Senhor Deputado José Manuel Ribeiro entenda a Moção não como uma ataque ao Governo mas apenas com uma preocupação legítima. -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares**, disse que no essencial as coisas foram ditas e o Senhor Deputado José Deolindo Caetano foi bem claro, e como diz o Senhor Deputado Jerónimo Pereira que o que se pretende é um discurso de Autarcas que veja que a nova lei não estará mais que a fazer dos impostos mais um jogo político. -----

Quem está no Poder acha que precisa de muitas receitas para realizar obras, quem está na oposição acha que quem está no Poder tem que reduzir a dívida e cobrar menos impostos, portanto os impostos vão servir de jogo político. -----

A justificação que o Senhor Deputado José Manuel Ribeiro apresentou chocou-o, dizendo que no estudo que apresentou a Câmara Municipal de Valongo em 2001 foi a mais ineficiente, facto que não abonará muito a Câmara de Valongo, mas muito menos ao Senhor Deputado José Manuel Ribeiro, porque nessa altura foi candidato à Câmara e a população não acreditou nele, continuou a acreditar no Autarca que já estava na Câmara, que foi o Dr. Fernando Melo, acreditou nessa altura e voltou a acreditar agora. -----

O Senhor Deputado José Manuel Ribeiro depois justificou a essência da mudança com um conjunto de barbaridades contra os Autarcas, ou seja, a lei não é feita para melhorar a qualidade de vida das pessoas, a lei não é feita para trazer mais receita, a lei não é feita para proporcionar mais obras, mais qualidade de vida. Não, é porque os Autarcas são uns gastadores, porque os Autarcas são uns irresponsáveis, porque os Autarcas não sabem gerir. Mas, com certeza esqueceu-se de que foi como Autarca que nasceu para apolítica, mas as luzes da ribalta em Lisboa para ele, e para muita gente, ajudam depressa a esquecer as origens e levam a que tenham discursos de regime e não discurso de Autarca. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que não mudou o discurso, continua a ser um Autarca preocupado com o seu concelho, foi candidato em 2001, nunca abandonou o concelho continuou a ser Vereador, sabe porque perdeu e respeita a decisão do povo, mas não significa que o que o estudo diz esteja errado, no ano em que foi candidato a Câmara gastou mais de meio milhão de contos em rotundas e outras coisas. -----

Sobre os argumentos que usou para defender a proposta do Governo, primeiro não é empregado do Governo, é Deputado na Assembleia da República, e quando se revê numa proposta defende-a. -----

Aquilo que disse é o que está na proposta de lei, limitou-se a sublinhar o que está na proposta de lei, reforço de autonomia local, solidariedade entre a Administração Central e as Autarquias, no esforço de combate ao défice público, todos os Ministros vão ter que reduzir os gastos, as Câmara também são Estado, e as pessoas ficam com a ideia de que as Câmara não são estado, quem paga as despesas das Câmaras é o Estado. -----

Está preocupado com o seu concelho, porque é um concelho que tem imensas carências e está na cauda da Área Metropolitana do Porto, e por isso é que se preocupa com o seu concelho. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD/PP anexa à presente acta como Doc.6, sendo aprovada por maioria com dezassete votos a favor dos quais catorze votos do Grupo Municipal do PSD/PP, dois votos do Grupo Municipal da CDU, um voto do Deputado Arnaldo Pinto Soares, treze votos contra do Grupo Municipal do PS e uma abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

De seguida colocou à votação a continuação do período de antes da ordem do dia para o final da sessão sendo aprovado por unanimidade. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto 1 – *Discussão e aprovação da acta da sessão do dia 2006.06.30*. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças**, disse que é a primeira ou segunda vez que ao longo de mais de uma dezena de anos se prenuncia sobre a feitura de uma acta. -----

Na verdade ultimamente, não sabe por culpa de quem, se calhar por culpa de quem não tem tempo de rever as actas depois de dactilografadas, têm surgido lapsos que não podem suportar. -----

Na acta se lerem com atenção vem – aos trinta dias do mês de Junho do ano de dois mil e cinco – acha que no mínimo é mesmo falta de atenção, de cuidado de quem tem obrigação de enviar as actas para os Senhores Deputados. O mais grave porque se verifica que se trata de um lapso, o mais grave é que na maior parte das intervenções, e naquelas que lhe dizem respeito há uma omissão de palavras em que na maior parte das vezes lê-se o conteúdo das intervenções e não se chega a conclusão nenhuma. -----

Já teve o cuidado de chamar à atenção da Senhora funcionária que está ao serviço da Assembleia e fez ver que efectivamente há lapsos que não se compreende, é defensor de que uma acta deve transmitir, deve ser reduzida ao mínimo possível, mas nunca ser uma redução ao ponto de desvirtuar o sentido das intervenções, algumas das correcções já as fez sentir à Senhora funcionária, que pensa irão ser corrigidas em tempo, provavelmente os outros Senhores Deputados terão alguns reparos a fazer. -----

Se não for corrigido não pode votar favoravelmente acta. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, disse que as actas são corrigidas, pode haver alguma situação que passe, no entanto pedem sempre que as leiam e mandem as correcções antes do dia da Assembleia, mesmo na reunião de Líderes pedem que tragam informações sobre incorrecções que constem da acta. -----

A acta já foi corrigida com as situações que foram chegando antes da reunião. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças**, disse não ter que questionar a forma como funciona a secretaria da Assembleia Municipal, mas

tem a certeza que se as actas depois de dactilografadas fossem lidas por alguém com o mínimo de atenção, as lacunas, porque são visíveis, são tão visíveis que ninguém as deixa passar. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação o ponto 1 – *Discussão e aprovação da acta da sessão do dia 2006.06.30* que foi aprovada por maioria com seis abstenções em virtude dos Senhores Deputados não estavam presentes na referida sessão. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2 – *Declaração sobre a luta contra o tráfico de seres humanos – Subscrição*, não se verificaram intervenções relativamente a este ponto sendo colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto 3 – *Carta Europeia para a igualdade das mulheres e dos homens na vida local*. -----

O Senhor **Deputado Daniel Torres Gonçalves**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.9. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação o ponto 3 – *Carta Europeia para a igualdade das mulheres e dos homens na vida local*, sendo aprovado por unanimidade. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 4 – *Declaração do 4º fórum mundial da água – subscrição*, não se verificaram intervenções relativamente a este ponto sendo colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

Seguidamente fez a apresentação do ponto 5 – *Comissão para avaliação e acompanhamento da situação dos bairros camarários – Apresentação do relatório das vistas aos empreendimentos sociais de campo*, o relatório faz parte integrante da presente acta. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 6 – *Regimento da Assembleia Municipal de Jovens*. -----

O Senhor **Deputado Daniel Torres Gonçalves**, apresentou uma Proposta de aditamento ao Regimento da Assembleia Municipal de Jovens que se anexa à presente acta como Doc.10. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à discussão a Proposta de Aditamento apresentada pelo Grupo Municipal do PSD/PP anexa à presente acta como Doc.10, não se verificaram intervenções relativamente à proposta sendo colocada à votação e aprovada por unanimidade. -----

De seguida colocou à votação o ponto 6 – *Regimento da Assembleia Municipal de Jovens*, que foi aprovado por unanimidade. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto 7.1 – *2ª Revisão do orçamento e das grandes opções do plano de 2006*. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, disse que a revisão ao orçamento no seu essencial é feita para arranjar verbas para o que é chamado aproveitamento da escola a tempo inteiro, de a Câmara ser obrigada, por lei, o decreto-lei que foi recentemente aprovado para suprir,

enfim pagar aos professores ou entidades que vão estar à guarda dos alunos até às cinco, cinco e trinta. -----

Há duas questões que não está muito de acordo, não tem a ver com votar ou não a revisão ao orçamento, mas acha que as transferências de verbas, o que vai dizer não é da sua autoria, mas alguém levantou a situação na reunião de Líderes. -----

A despesa devia ser contabilizada conforme a sua receita, se a despesa vai ser gasta no ensino a receita devia vir do ensino, ou seja deviam estar lá inscritas as verbas que o Governo vai transferir para a Câmara fazer essa despesa, julga que tecnicamente seria o ideal. -----

Sabe que o Senhor Presidente da Câmara lhe dirá que o Governo ainda não deu o dinheiro, nem sabe se vai dar, mas ficava lá inscrito e depois diziam que o Governo estava a dever dinheiro à Câmara. -----

Alertou para tudo o que vem todos os dias, de foguetão, da Ministra da Educação medidas sobre medidas, e é popular, calha bem aos pais que têm os filhos até às cinco, cinco e meia nas escolas, é popular mas é preciso dinheiro para isso, mais uma vez é a Câmara que vai fazer o empréstimo. ----

Mas, o problema não está aí, tudo o que seja para aumentar o currículo dos alunos é de salutar no seu grau de ensino só vai ajudar, o problema é que isto vai ser um grande negócio. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro**, disse não poder aceitar, e com todo o respeito que tem pelo Senhor Deputado José Deolindo Caetano, quando se refere às medidas da questão da escola a tempo inteiro da Ministra da Educação e da sua equipa como medida popular. -----

Parece que o Senhor Deputado José Deolindo Caetano quer que a escola pública não seja uma escola de qualidade, não é importante que os pais tenham a certeza que as crianças estão na escola? Terem uma escola de qualidade? Espanta-se porque o Senhor Deputado José Deolindo Caetano é eleito pelo Partido Comunista, que não tem a tradição de defender a escola privada nem a escola cooperativa, essa sim para os que têm mais rendimentos. -----

Não é popular, é por esse caminho, ou se aposta de uma vez por todas numa escola pública a sério e se criam condições mais ou menos de igualdade para todos, ou então começam a assumir que existem escolas de classe A, classe B, classe C, etc., em função do dinheiro, não aceita esse tipo de observação, é pouco séria. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, disse que o Senhor Deputado José Manuel Ribeiro só disse verdades, o Partido Comunista defende a escola pública, o que não defende é este tipo de negócio, porque quem vai prestar o serviço não são os professores, são empresas que se estão a formar à volta das escolas não se sabe como, como é que isso vai ser dado, quantos alunos estão inscritos, e depois a factura vai ser dada, quantos alunos é que acabam esse tipo de aulas. -----



O que se sabe é o contrato que a Câmara vai assinar com essas empresas, que não é com os professores, não é com o Estado, o que as Câmara vão fazer, e já fizeram, é fazer contractos, é popular porque não é dito a verdade, porque se fosse dito a verdade toda do que são estas medidas já não era tão popular. -----

Não são os professores da escola, até se pensa que vão prejudicar os professores, até não vão, essas empresas não têm professores e os professores vão ser contratados por essas empresas e até vai ser bom para eles. -----

Quando se diz que o Governo está a atacar os professores, está popularmente a dizer que ataca, mas os professores também vão entrar neste negócio. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo**, disse que achava piada se o Partido Socialista e mais alguns votassem contra, como é que vão cumprir a lei. -----

Há uma determinação do Ministério, tem que ser feito, se a Assembleia votasse contra achavam graça porque como é que as podiam cumprir a lei? - Há um conjunto de situações que parece que foram feitas um bocadinho precipitadas. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação o ponto *7.1 – 2ª Revisão do orçamento e das grandes opções do plano de 2006*, que foi aprovado por maioria com dezoito votos a favor sendo catorze votos do Grupo Municipal do PSD/PP, dois votos do Grupo Municipal da CDU, um voto do Grupo Municipal do BE e um voto do Deputado Arnaldo Pinto Soares, quinze abstenções do Grupo Municipal do PS. -----

De seguida colocou à discussão o ponto *7.2 – Fixação da taxa do imposto municipal sobre imóveis (IMI), referente ao ano 2007 a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI*. ---

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.11. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.12. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.13. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que sobre esta matéria vai votar contra, mantendo-se coerente com a posição inicial em trinta de Junho, e pelas mesmas razões. -----

O imposto municipal sobre imóveis, a antiga contribuição autárquica, nasceu em dois mil e três, dois mil e quatro, da reforma Vasco Valdez, Ministra das Finanças Manuela Ferreira Leite, e era necessário fazer uma reforma, independentemente de haver algumas dúvidas em relação aos caminhos a seguir, e aos critérios que ela seguiu. -----

Quando da reforma teve oportunidade de trocar impressões sobre o assunto com o Presidente da Câmara, na altura estava na Câmara como Vereador, sempre manifestou preocupação com alguns efeitos que poderia vir a ter nos bolsos dos contribuintes, que também expôs na última Assembleia Municipal. A reforma tinha uma situação iníqua, era injusta, os valores matriciais da contribuição autárquica eram desactualizados, havia que se proceder à sua actualização, procurou-se um critério que pudesse ser mais ou menos pacífico para alicerçar toda a reforma. -----

O critério foi o da aproximação aos valores de mercado do imóvel, e constituiu-se um sistema de avaliação, como sistema fundamental da reforma, do património, foi aberto um período de dez anos, e já se reconheceu que não é suficiente para avaliar todos os imóveis, está-se a falar de milhões de imóveis que existem em Portugal. -----

Esse facto é logo em si um facto de iniquidade e de injustiça fiscal, há um período em que uma série de proprietários continuam a pagar os valores antigos, as suas matrizes prediais não estão actualizadas, há outros que viram com edifícios mais recentes os valores matriciais actualizados para valores de 80% daquilo que é o valor de mercado. -----

Portanto, é uma situação injusta, o problema que existe na reforma é logo um problema da própria filosofia deste imposto, o imposto foi para tributar o património, vem vertido na lei o princípio do benefício, que também está certo. -----

É um imposto que foi criado no âmbito da soberania fiscal pela Assembleia da República, mas é um imposto que na prática é um imposto municipal as bandas são fixadas nas Assembleias Municipais, quer para os não avaliados quer para os avaliados. -----

Uma grande parte dos imóveis não estão verdadeiramente disponíveis para o mercado, uma grande parte dos proprietários não têm o benefício que é o benefício que está vertido na lei do seu imóvel, e vão pagar elevados valores que estão travados pelas cláusulas de salvaguarda até dois mil e oito, dois mil e nove, no fundo é um problema que é ao retardador, é um imposto progressivo, vão pagar elevados valores nalguns casos. Há situações, e está documentado, de muitos edifícios sobre tudo nos meios urbanos, que erros da forma como é calculado o seu valor patrimonial tem valores nas matrizes superiores àquilo que o mercado dá. -----

Entrando na questão de Valongo a taxa tem crescido sempre desde mil novecentos e noventa e dois, quando surgiu o IMI, entre dois mil e quatro e dois mil e nove, ela cresceu cerca de 9,9%, o maior crescimento em toda a Área Metropolitana do Porto. -----

Os valores que existem em relação ao primeiro semestre quando comparados com o ano passado são cerca de 18% de crescimento que a receita tem no Concelho, o IMV cresceu no Concelho cerca de 6%, imposto municipal sobre veículos, o IMT que é um imposto de natureza diferente tem

a ver com a dinâmica do mercado imobiliário cresceu cerca de 21% de dois mil e quatro para dois mil e cinco. -----

Num Concelho onde a capitação fiscal é a mais baixa da Área Metropolitana do Porto, onde existe menor capacidade de pagar impostos, para gerar impostos, porquê? Porque as pessoas têm mais dificuldades, estão submetidos às taxas mais elevadas, com um mercado imobiliário destorcido que é sobre tudo baseado na oferta. -----

Não compreende que sejam os cidadãos a pagar os problemas financeiros do Município com taxas no máximo, neste caso os 0,45% é uma redução pife-a. -----

Portanto num acto de absoluta coerência, é um assunto que há anos anda a discutir, o Senhor Presidente tem que reconhecer que é uma matéria que nunca convergiram, no ano passado o Presidente da Associação Nacional de Municípios fez um apelo público no sentido das Câmaras reduzirem o valor do IMI, não se percebe porque é que a Câmara de Valongo não reduz o valor do IMI. -----

O Senhor **Deputado Ventura de Almeida**, disse que em defesa do seu voto favorável teve em atenção o passado da discussão incluindo a da anterior Assembleia. -----

Recorda para quem tem pouca memória, que uma das situações, uma das razões que foi aduzida por algumas forças políticas, foi que havia necessidade de fazer única e exclusivamente nos prédios que estão sujeitos a pagamento de IMI depois de avaliados nos termos do novo código. -----

Havia a necessidade de reduzir e apontou-se até números que variavam, 0,4%, o Partido Socialista que se tinha absterido nessa altura na Câmara Municipal tinham-no feito no pressuposto de que os dados que possuíam eram muito poucos. -----

Passados três meses quando se discutiu este assunto a nível interno, verificou-se que havia dados e havia a possibilidade de se poder corresponder à vontade manifestada nesta Assembleia reduzindo minimamente a taxa do IMI relativamente a estes prédios. -----

Considerou-se que isso correspondia também às pretensões dos Senhores Deputados que aí se pronunciaram, correspondia a dar um sentido à população que eles estavam preocupados com as dificuldades económicas que o país atravessa, mas também estavam preocupados com as dificuldades económicas que se vive na Câmara Municipal. -----

É evidente que se pode dizer que se há enormes dificuldades na Câmara deve-se naturalmente resolvê-las reduzindo à despesa, nomeadamente a despesa supérflua. -----

Nesse sentido a proposta de redução da taxa dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, reza assim: -----

“Em anterior deliberação tomada por esta Câmara Municipal, relativa à fixação das taxas do IMI, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista

decidiram abster-se por, na ocasião, não disporem de elementos bastantes que os habilitavam a tomar outra posição. -----

Posteriormente, a Assembleia Municipal decidiu reprovando a proposta desta Câmara recomendando que a taxa a fixar, relativamente aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, deveria ser fixada em percentagem inferior à máxima. -----

Desde Junho passado até à presente data, foram tornados conhecidos elementos que permitem um melhor e mais aproximado conhecimento da real cobrança do referido imposto, que indicia não ser previsível que, em 2007, as famílias sujeitas ao seu pagamento venham a ser penalizadas de forma inoportuna. -----

Por outro lado, não podemos deixar de atentar à difícil situação económica em que se encontra a Autarquia e que o imposto em apreço constitui uma das receitas fundamentais do Município. -----

Não obstante, importa não perder de vista as dificuldades económicas das famílias, pelo que se lhes deve dar um sinal de que a Autarquia é sensível aos seus problemas, conforme sugere a deliberação da Assembleia Municipal.” -----

Assim, acompanha a proposta dos Vereadores do seu Partido, porque é solidário com ela, e corresponde aos estudos que foram feitos no período que mediou da última Assembleia até esta. -----

O Senhor **Vice-Presidente da Câmara João António de Castro e Paiva Queirós**, disse que não era verdade que todos os prédios antigos não tinham sido actualizados e que os proprietários desses prédios não estejam a pagar contribuições actualizadas. -----

Todos os prédios antigos que até 31 de Dezembro de 2002 tiveram inscrições matriciais, através de uma Portaria tiveram todos eles uma correcção através de coeficientes de correcção monetária, o que quer dizer que todos os prédios à data foram corrigidos com esses coeficientes em função da idade do prédio inscrito na matriz. -----

Também existiu uma cláusula de salvaguarda que permitiu diferir a tributação efectiva desses prédios até dois mil e oito, os prédios avaliados depois da entrada em vigor do IMI, prédios transmitidos ou prédios novos inscritos na matriz têm um valor actualizado. O que se pretendeu foi aproximar o valor de mercado do valor da avaliação. -----

Se fizerem uma simulação em relação ao valor que ao valor que se tributava quando era a contribuição autárquica e que é tributado em sede de IMI: -----

Um T2 novo situado em Valongo, Avenida Oliveira Zina, e um situado na Rua da Formiga em Ermesinde, com uma área bruta da fracção de 110 m<sup>2</sup>, com garagem e arrumo de 25 m<sup>2</sup>, se for novo ou um ano de existência é avaliado por 74.640 euros, este mesmo prédio se tiver 10 anos de existência será avaliado por 67.270 euros, a contribuição autárquica tributava prédios que eram avaliados entre 60% a 70% do valor real, este prédio hoje tinha um valor patrimonial tributário de 43.693 euros, à taxa normal do Município que

era tributada 1,3% pagava uma contribuição de 568 euros, hoje paga um IMI à taxa 5% de 336 euros, se for à taxa de 4% 269 euros, se esse prédio tiver vinte anos pagaria de contribuição autárquica de 536 euros, e de IMI à taxa de 0,5% 317 euros e à taxa de 0,4% 254 euros. -----

O exemplo que deu serve para referir que havendo uma sucessão de aumentos de contribuição e de IMI, basta os prédios serem avaliados para haver um valor patrimonial tributário superior e automaticamente a matriz reflectido esse valor patrimonial superior reflecte na taxa. -----

Se for aprovada uma taxa de 0,2% comparativamente com uma taxa de 0,45% reflectia uma diminuição para a Autarquia de 499.000 euros, manda o bom senso que as receitas sejam para fazer face às despesas. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação o ponto 7.2 – *Fixação da taxa do imposto municipal sobre imóveis (IMI), referente ao ano 2007 a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI*, que foi aprovado por maioria com vinte e quatro votos a favor sendo treze votos do Grupo Municipal do PSD/PP, oito votos do Grupo Municipal do PS, dois Votos do Grupo Municipal da CDU e um voto do Deputado Arnaldo Pinto Soares, sete votos contra sendo seis votos do Grupo Municipal do PS e um voto do Grupo Municipal do BE. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro**, fez a leitura de uma Declaração de Voto anexa à presente acta como Doc.14 e à minuta da respectiva deliberação. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à discussão o ponto 7.3 *Fixação da taxa do imposto municipal sobre imóveis (IMI), referente ao ano de 2007 a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos*, não se verificaram intervenções relativamente a este ponto sendo colocado à votação e aprovado por maioria com dezasseis votos a favor sendo treze votos do Grupo Municipal do PSD/PP, dois votos do Grupo Municipal da CDU e em voto do Deputado Arnaldo Pinto Soares, quinze abstenções sendo catorze abstenções do Grupo Municipal do PS e uma abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 7.4 – *Escola a tempo inteiro – Actividade de enriquecimento curricular – Concurso para aquisição de serviços*, não se verificaram intervenções relativamente a este ponto sendo colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto 7.5 – *Regulamento de utilização das viaturas do município de Valongo*. -----

O Senhor **Deputado Diomar da Silva Ferreira dos Santos**, disse que queria colocar uma questão de procedimento e para isso vai trazer à discussão o regulamento do conselho municipal da juventude que mais tarde se vai discutir. -----

No artigo 118º do código do procedimento administrativo, que obriga os regulamentos a serem sujeitos à discussão pública, no regulamento de

viaturas a chefe de secção coloca uma questão superiormente, pede um parecer se o regulamento antes de vir à Assembleia tem que ser posto à discussão pública e só depois vir à Assembleia, o que está escrito não diz nada, ou muito pouco, vai buscar o código do procedimento administrativo e reflecte o que lá vem escrito. -----

Traz o assunto à colação porque o critério é diferente com o que vão discutir mais tarde, presume-se neste regulamento que depois de discutido na Assembleia vá a discussão pública, se houver alterações volta à Câmara e à Assembleia, no documento que vão discutir mais tarde que é a alteração de regulamento diz: -----

“Posteriormente decorreu o período de apreciação pública, entre 26 de Julho de 2006 e 26 de Agosto de 2006, conforme a publicação e inserta no Diário da República n.º 143-2ª série, de 26 de Julho de 2006, de que se anexa cópia, não se tendo verificado quaisquer contributos ou sugestões de alteração por parte do público em geral”, dá-lhe ideia, a não ser que esteja errado, que este foi posto antes de vir à Assembleia à discussão. -----

Portanto, lido os artigos 117º e 118º do código do procedimento administrativo também não chega perceber, não é jurista, o artigo 117º diz: ---  
“Tratando-se de regulamento que imponha deveres, sujeições ou encargos, e quando a isso se não oponham razões de interesse público, as quais serão sempre fundamentadas, o órgão com competência regulamentar deve ouvir, em regra, sobre o respectivo projecto, nos termos definidos em legislação própria, as entidades representativas dos interesses afectados, caso existam”. -----

No artigo 118º diz: -----  
“Sem prejuízo do disposto no artigo anterior e quando a natureza da matéria o permita, o órgão competente deve, em regra, nos termos a definir na legislação referida no artigo anterior, submeter a apreciação pública, para recolha de sugestões, o projecto de regulamento, o qual será, para o efeito, publicado na 2ª série do Diário da República ou no jornal oficial da entidade em causa”. -----

Portanto, não sabe se estará errado na leitura dos documentos mas gostaria que se arranjasse uma metodologia própria, quem é que aprova o documento, de acordo com o 117º quem é o órgão com competência regulamentar? É a Assembleia ou é a Câmara? Não sabe, portanto chama à atenção da Câmara, ou dos serviços jurídicos da Câmara, para ver se não têm este problema. -----

Parece-lhe que o documento poderia ser sujeito à aprovação da Câmara, ser posto à discussão pública e depois ser posto à aprovação da Assembleia. ----

Parece-lhe mais complicado que o documento seja votado pela Câmara, aprovado pela Assembleia Municipal, ir à discussão pública, qualquer alteração implica o caminho inverso, ir à Câmara e voltar à assembleia. -----

O parecer que pedido por uma Senhora funcionária, chefe de secção Teresa Magalhães diz: -----

“Considerando o texto da deliberação elaborada pelo DSUT, relativamente ao assunto referido em epígrafe, entendo que deve ser solicitada informação aquele departamento quanto o procedimento a adoptar nesta fase, se deve o assunto ser remetido para apreciação pública o se deve ser de imediato submetido à Assembleia Municipal”, o jurista tem um despacho um bocado estranho, era só para levantar a questão para os serviços respectivos estudarem. -----

Relativamente ao regulamento, queria levantar uma questão que o preocupa, que é a questão do transporte de colectividades, para o transporte escolar há um seguro, portanto as crianças estão cobertas pelo seguro, não sabe como é feito o transporte das associações e das colectividades, no transporte da Câmara, se a Câmara exige seguro se não exige, se houver um acidente quem é que é responsável. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo**, disse que no sector público os carros do Estado não têm seguro. -----

O Senhor **Deputado Diomar da Silva Ferreira dos Santos**, disse que é o aspecto do seguro das entidades que podem usufruir do transporte da Câmara. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte**, disse que sobre o projecto de regulamento de utilização das viaturas do Município de facto vai haver discussão pública. -----

A questão técnico administrativa se é antes ou depois, parece-lhe não ser o mais relevante mas que seja feita a audiência pública e se recolha eventuais sugestões de alteração. -----

Parece-lhe que quer um procedimento quer outro estão legais, o código de procedimento administrativo diz que o projecto deve ser publicado no Diário da República, conforme o despacho refere. -----

Optaram no caso deste regulamento por fazer a publicação do projecto de regulamento para ser feita a audiência pública, recolherem eventuais sugestões e se as houver o documento terá que fazer o percurso que fez até agora, se não houver alterações é aprovado conforme está. -----

Relativamente aos seguros de transporte escolar respeitam a legislação, os alunos cujo âmbito do transporte se refira a qualquer actividade escolar está coberto pelo seguro escolar, no transporte das associações as viaturas têm seguro de ocupantes e é esse que serve para o transporte das colectividades. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação o ponto 7.5 – *Regulamento de utilização das viaturas do município de Valongo*, que foi aprovado por unanimidade. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 7.6 – *Alteração do regulamento do conselho municipal da juventude*, não se verificaram intervenções relativamente a este assunto sendo colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto 7.7 – *Constituição do conselho municipal do ambiente de Valongo – Rectificação do artigo 14º do regulamento*, não se verificaram intervenções relativamente a este assunto sendo colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

Colocou de seguida à apreciação o ponto 8 – *Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo*. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, disse que por curiosidade o relatório financeiro é assinado pelo Senhor Vereador José Luís Pinto, sabendo eles quem é o responsável financeiro, porque é assinado pelo Senhor Vereador José Luís Pinto. -----

Na receita arrecadada, foi arrecadada uma receita 3.114.802,86 euros de receita de capital, gostava de saber que é que constitui esta arrecadação. ----

No relatório aparece mais uma vez a reflorestação da serra da Santa Justa, no próximo em vez de estarem a ver aqui vão todos fazer uma visita à serra de Santa Justa ver como ela está toda verde, em todas as Assembleia aparece isto, e nada ainda foi lá plantado. -----

Disse que fez uma pergunta relativamente ao transporte das crianças do Lugar da Moirama em Campo que ainda não lhe foi respondida. -----

O Senhor **Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós**, disse que depois enviaria ao Senhor Deputado José Deolindo Caetano a discriminação da cobrança dos 3.114.802,86 euros. -----

Em relação à assinatura do Senhor Vereador José Luís Pinto, o documento não foi assinado por mim pois estive de férias. -----

O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto**, disse que sobre a questão da reflorestação as árvores não nascem de um momento para o outro, a reflorestação é um projecto longo, de muitos anos. -----

O projecto de reflorestação até chegar à fase de plantar árvores ainda têm um trabalho muito grande de preparação das candidaturas e principalmente os acordos que têm que fazer com os particulares para fazer a reflorestação. É um processo longo e que tem sido muito difícil. -----

Nos terrenos que são da Câmara, no parque de Santa Justa já foi feita muita reflorestação, estão a falar de mais de mil árvores. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação, por escrutínio secreto, os pontos 9 – *Eleição de um Presidente de Junta para o Conselho Municipal do Ambiente de Valongo* e o ponto 10 – *Eleição de um presidente de Junta para o XVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses*. -----

Relativamente a este ponto verificou-se a seguinte votação: -----

Ponto 9 – *Eleição de um Presidente de Junta para o Conselho Municipal do Ambiente de Valongo*, foi eleito o Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares, por maioria com vinte e cinco votos a favor, três votos contra e duas abstenções. -----



Ponto 10 – *Eleição de um presidente de Junta para o XVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses*, foi eleito o Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, António Artur dos Santos Pais, por maioria com vinte e três votos a favor, cinco votos contra e duas abstenções. -----

De seguida foi retomado o período de antes da ordem do dia, colocando à votação a admissão para discussão da Moção apresentada pela CDU anexa à presente acta como Doc.5, sendo admitida por unanimidade. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, disse que o Grupo Municipal da CDU apresentou esta Moção sobre a reforma da Segurança Social que está em discussão, das pensões dos portugueses que poderão vir a auferir no futuro. -----

Há algumas dificuldades na sustentabilidade da Segurança Social, mas não são tão graves como o que tem vindo à praça pública. -----

Aquilo que foi assinado em dois mil e dois com os parceiros sociais, uma das cláusulas que lá estava é que os descontos dos trabalhadores sejam de 11%, que os trabalhadores descontam para a Segurança Social, eram retidos pelo Governo 2% para capitalizar os fundos da Segurança Social, isso está em lei. Até agora nenhum Governo fez isso, ou seja o Governo utiliza essas verbas para outras questões, para acudir ao fundo de desemprego, a pensões sociais, acudir várias situações do âmbito de apoio à população mais carenciada. -----

Esse apoio não devia sair desses 2% que estão na lei, deviam ser capitalizados e os sucessivos Governos não têm cumprido essa lei, e por isso algumas dificuldades que estão a ser ditas. -----

Estão convencidos de que a lei conforme está não vai ser aprovada, vai dar alguns valores que normalmente não passam na opinião pública, diz-se que os portugueses não irão sofrer na sua pensão, não irão trabalhar mais, mas os valores que vai dizer foram apresentados pelo Senhor Ministro da Segurança Social: -----

Um trabalhador com 53 anos quando for reformado leva menos 9,8%, se tiver 43 anos vai levar menos 13,8%, se tiver 23 anos, entrar agora no mercado de trabalho, quando for reformado vai menos 18,2% no cálculo da reforma. -----

Outra questão é a chamada taxa de substituição, que ninguém também explica muito bem, é aquilo que quando têm 40 anos de descontos e podem trabalhar mais que não conta, a taxa de substituição são os 2% que se multiplica pelos 40 anos e dá 80%, na prática não é bem 80% baixa um bocadinho, para os 73% a 74%. -----

Pretende-se substituir esta taxa de substituição por outro tipo de taxa e diz-se que é para acompanhar os países da Europa que têm taxas de substituição mais baixas, essa taxa de substituição em dois mil e cinquenta passará de 80% para 53%, os portugueses irão levar de reforma, em dois mil e cinco, 53% do seu vencimento. -----

Acha que isto é mau demais para ser aprovado, para um Governo que se diz Socialista de pôr isto em prática. -----

Há possibilidade de resolver isto por outros meios, há que ir buscar o dinheiro a quem o tem e não a quem não tem, uma das questões das grandes empresas foi que despediram pessoas para poderem tirar mais rendimentos, ou seja as pessoas que foram para o fundo de desemprego deixaram de descontar os 22% para a Segurança Social, os trabalhadores também deixaram de descontar e os seus lucros aumentaram. -----

Aquilo que era legítimo é que essas empresas aumentaram os seus lucros porque mandaram pessoas para o desemprego e deixaram de descontar para a Segurança Social, é que se fosse buscar um bocadinho desses lucros e o problema da sustentabilidade da Segurança Social estava resolvida. -----

Não se diga que não há dinheiro em Portugal, diz-se que não há dinheiro em Portugal e vêm todos os dias nos jornais a Banca a mais 65 milhões de euros, a PT vê sempre os lucros a subir, ao Belmiro de Azevedo não lhe falta dinheiro para fazer a OPA à PT, há dinheiro em Portugal só que está nas mãos de alguns. -----

Aquilo que se pede, porque a Segurança Social é a solidariedade entre todos os portugueses, era que tem muito dinheiro fizesse um pequeno esforço e que 1% ou 2% desses lucros fossem capitalizados para a Segurança Social.

Mas, é mais uma vez os trabalhadores, aqueles que menos têm, são aqueles a quem é pedido o sacrifício, ou seja se alguém concorda que em dois mil e cinquenta a reforma de uma pessoa que trabalhou 40 ou 50 anos passe para 53%, depois diz-se que noutros países é assim, se toda a gente tivesse um vencimento ou uma reforma como na Finlândia todos concordavam que a taxa de substituição viesse para os 60%. -----

Uma pensão média em dois mil e dez que hoje é de 474 euros em dois mil e dez passa para 452 euros, em dois mil e vinte que seria de 518 euros passa para 418 euros, é sempre a baixar, em vez de ela subir o que vai acontecer é que vai baixar, são números apresentados pelo Governo e por isso a CDU apresentou esta Moção. -----

A Assembleia tem toda a legitimidade para os problemas que existem no Concelho e no país para apresentar esta Moção, protestar e tentar que a lei da reforma da Segurança Social, que não é reforma nenhuma é por portugueses outra vez a comer a sopa dos pobres. -----

Por isso a CDU está contra esta proposta. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação a Moção apresentada pela CDU anexa à presente acta como Doc.5, sendo reprovada por maioria com vinte e seis votos contra sendo treze votos do Grupo Municipal do PSD/PP, doze votos do Grupo Municipal do PS e um voto do Deputado Arnaldo Pinto Soares, três votos a favor sendo dois votos do Grupo Municipal da CDU e um voto do Grupo Municipal do BE, o Grupo Municipal do PSD/PP apresentou uma Declaração de Voto que se anexa à presente acta como Doc.5. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar**, fez a leitura de uma Declaração de Voto anexa à presente acta como Doc.15. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação a admissão para discussão da Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU anexa à presente acta como Doc. 4, sendo admitida por unanimidade, não se verificaram intervenções relativamente a este assunto sendo colocado à votação e aprovado por maioria com dezassete votos a favor sendo treze votos do Grupo Municipal do PSD/PP, dois votos do Grupo Municipal da CDU, um voto do Grupo Municipal do BE e um voto do Deputado Arnaldo Pinto Soares, onze votos contra do Grupo Municipal do PS. -----

De seguida colocou à votação a admissão para discussão da Moção apresentada pelo Deputado Arnaldo Pinto Soares anexa à presente acta como Doc.1, sendo admitida por unanimidade. -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares**, disse agradecer a solidariedade de todos os membros da Assembleia relativamente a um conjunto de problemas que existem em Alfena. -----

Relativamente à questão do IC24 está a funcionar, mas os problemas do traçado continuam. -----

Após um ano da inauguração do IC24 o abandono é completo por parte da empresa construtora, os problemas continuam e Alfena continua à espera que um conjunto de situações pendentes desde a construção seja resolvido. - Foi pena que em devido tempo se deixasse a empresa construtora abandonar o local sem ter reposto aquilo que tinha por obrigação. -----

Apelam à Câmara e Assembleia Municipal todo o apoio para a resolução do problema, a população tem-lhe feito chegar mensagens de que está muito impaciente e começam a pensar em tomar medidas menos ortodoxas, que muitas vezes são as que funcionam. -----

O Senhor **Deputado Ventura de Almeida**, perguntou ao Senhor Deputado Arnaldo Soares o que é que considera de medidas mais enérgicas, apoiam a Moção, estão solidários com a população de Alfena e com o Presidente de Junta. -----

Agora gostavam de ser esclarecidos do que são as medidas enérgicas, se será alguma peregrinação a Fátima ou lançar os cães às pessoas, gostava de ser esclarecido. -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares**, disse que não era preciso ser tão extremista, lançar os cães ou ir a Fátima, mas se ir a Fátima resolver os problemas, vão a Fátima, se lançar os cães resolver o problema, lançam os cães. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação a Moção apresentada pelo Deputado Arnaldo Pinto Soares anexa à presente acta como Doc.1, sendo aprovada por unanimidade. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte**, disse que ia responder a duas ou três questões que foram colocadas que tem a ver com os seus pelouros. -----

Uma ligada ao assunto da moção que foi aprovada, o IC24, a falta de arranjos exteriores do IC24 e de outras questões ligadas à obra, na última Assembleia Municipal este assunto foi ventilado e na altura respondeu que de facto é inadmissível que o Governo, através da Secretaria de Estado das Obras Públicas, continue desde Outubro ou Novembro do ano passado, a primeira vez que fizeram uma tentativa para a Senhora Ministra os ouvir, continue a ignorar a Câmara Municipal de Valongo. -----

Até hoje apesar de várias tentativas de marcação de uma audiência com a Secretaria de Estado das Obras Públicas para tratar deste assunto, e outros problemas, continuam sem qualquer resposta. Na anterior Assembleia fez um apelo aos Senhores Deputados do Partido Socialista para moverem as suas influências e os ajudar a resolver a questão. -----

O que é facto é que a Secretaria de Estado também não os deve ter ouvido, o que é mau sinal, e continuam sem qualquer resposta. -----

É inadmissível que o Governo esteja a tratar a Câmara de Valongo nesta questão e noutras optando pelo silêncio, sem querer encontrar soluções, sem ajudar a Câmara a solucionar os problemas dos municípios. -----

A Câmara Municipal Valongo não poderia deixar de estar solidária com a posição que a Junta de Freguesia há largos meses fez chegar à Câmara Municipal, vão continuar a tentar o diálogo. -----

Também relacionado com a Secretaria de Estado das Obras Públicas outro assunto que esperam sensibilizar o Governo tem a ver com a estrada municipal 606. -----

A estrada municipal 606 é de facto quase um buraco, há mais buracos do que estrada. -----

Essa situação deve-se a duas causas, uma delas a existência de um aterro ilegal à margem da estrada, que tem provocado um constante trânsito de veículos pesados, e todos sabem que não é o trânsito de ligeiros que danifica as estradas. -----

Esse aterro ilegal está em funcionamento há largos meses e passam por lá dezenas de camiões por dia, é um dos factores que tem contribuído para que a estrada esteja uma lástima. -----

Sobre essa matéria a Câmara já fez o que lhe competia, denunciar o caso ao Ministério do Ambiente que esperam actue em conformidade, para que possam de seguida responsabilizar os utilizadores abusivos da estrada. -----

Outro factor que também contribuiu para a degradação da estrada tem a ver com a construção do IC24, porque grande parte da estrada foi e continua a ser utilizada por causa dos estaleiros da construção do IC24 que lá se localizam. -----

Pensam que o Governo através da Secretaria de Estado das Obras Públicas encontre uma forma de apoiar a Câmara na repavimentação da estrada, que tem sete ou oito quilómetros, e as finanças da Autarquia não comportam o investimento para a sua pavimentação, que acima de tudo a responsabilidade

não é toda da Autarquia, assumiram a sua responsabilidade e esperam que a Administração central assumam a sua. -----

Relativamente à questão abordada pelo Senhor Deputado José Deolindo Caetano sobre os transportes escolares, o seu funcionamento é diferente em relação aos outros anos. -----

Saiu recentemente uma lei sobre os transportes escolares que veio devolver às Autarquias uma responsabilidade a que não estavam habituados, atribui a responsabilidade sem as correspondentes transferências financeiras. -----

Obriga a Autarquia a ter autocarros com determinado limite de anos de utilização, uma série de condições para transportar os alunos, dois vigilantes para transportar mais de 30 alunos, e um vigilante para transportar menos de 30 alunos, e não é atribuída às Autarquias a correspondente contribuição financeira para contratar vigilantes, renovar a frota, dotar das condições exigidas os autocarros. -----

A lei foi publicada em Agosto e as aulas começaram em Setembro, tiveram que encontrar solução para que os transportes escolares pudessem ter o seu início regularmente no início do ano lectivo. -----

A solução encontrada foi contratar uma empresa, ou várias empresas transportadoras, que fizessem o serviço de transporte escolar, para além de ser o ramo de exploração delas têm veículos em condições técnicas e fazem com certeza um melhor serviço. -----

Ao contratarem as empresas têm uma despesa que nos outros anos não tinham, porque asseguravam o transporte com os seus veículos. -----

Por opção da Câmara fizeram o que a lei obriga e foram os circuitos escolares que adjudicaram às empresas transportadoras, os necessários para cumprir a lei. -----

Há algumas associações de pais e alguns agrupamentos escolares têm-nos sensibilizado para alguns alunos que embora não estejam abrangidos pela legislação que obriga a Câmara a fazer o transporte, possam de alguma forma usufruir do mesmo. -----

Este início de transportes tem poucos dias, há muito que têm se resolvido, mas ainda há situações para resolver, estudam caso a caso para ver se há possibilidade de cederem transporte a alunos com os quais não têm obrigação de transportar mas que não causem aumento da despesa do transporte que têm contratado. Têm resolvido alguns casos, já resolveram alguns em Alfena com a ajuda do Presidente da Junta, ainda hoje resolveram dois casos em Campo, não sabe se será os que o Senhor Deputado José Deolindo Caetano mencionou. -----

Contam durante a próxima semana acertar todos os pormenores, mas que se não houver lugares disponíveis nos transportes contratados para além do que são obrigados não vão fazer esse transporte porque não têm capacidade financeira para o fazer e nem o Estado participa, como seria desejável. –

Relativamente ao estacionamento na Rua 1º de Maio que o Senhor Deputado Ventura de Almeida falou, a fiscalização da Câmara tem actuado diversas vezes na questão do estacionamento irregular. -----

Quanto aos reclamos luminosos antes de virem à Câmara têm que ter o parecer do Instituto de Estradas de Portugal, porque a estrada é nacional, portanto não há nenhum licenciamento de reclamos publicitários que não tenha tipo previamente parecer das Estradas de Portugal, só depois a Câmara se pronuncia. -----

Disse, ainda, que têm um projecto, que esperam para o ano tenham a possibilidade de concretizar, que tem a ver com a construção de uma rotunda, necessária e a gente de Alfena quer que seja feita. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, de seguida colocou à votação a aprovação em minuta dos pontos 2, 3, 4, 6, 7.1, 7.2, 7.3, 7.4, 7.5, 7.6, 7.7, 9 e 10 da Ordem de Trabalhos que foi aprovado por unanimidade, dado de seguida por encerrada a sessão. -----

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e assinada. -----

A Presidente: \_\_\_\_\_

O 1º Secretário: \_\_\_\_\_

O 2º secretário: \_\_\_\_\_